

FORMA E RAZÕES DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR*

VALDEMAR SGUISSARDI**

Resumo: Este artigo visa, por um lado, demonstrar como se tem dado a expansão da educação superior no Brasil, com especial atenção à educação superior pública, nas últimas décadas, em que ocorre anômala aceleração no setor das *federais* desde a implantação do Reuni e da EAD, via UAB; por outro, apresentar argumentos que contribuam para se verificar hipóteses a respeito das razões dessa expansão, compreendendo a expansão da graduação, pós-graduação e pesquisa nas esferas pública e privada concomitante com as profundas mudanças na economia – de capital mundializado e financeirizado – e na própria cultura institucional universitária.

Palavras-chave: Educação superior; Expansão da educação superior; Privatização da educação; Mercantilização do conhecimento; Certificação em massa.

FORM AND REASONS FOR THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: The article's purpose aims to, on the one hand, demonstrate how has given the expansion of higher education in Brazil, with special attention to the public higher education, in recent decades, in which it occurs anomalous acceleration in the sector of federal since the implementation of the Reuni and the EAD, thru UAB; on the other hand, present arguments that may contribute to verify hypotheses about the reasons for this expansion, including the expansion of undergraduate studies, research and graduate studies in public and private spheres at the same time with the profound changes in the financial globalised economy. Besides that, provoke a very deep change in the institutional culture of the university.

Keywords: Higher education; Expansion of higher education; Privatization of education; Commercialization of knowledge; Certification in mass.

* Doutor em Educação, com pós-doutorado em Sociologia pela Unicamp e em Economia pela USP; professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). *E-mail:* joaodosreissilvajr@gmail.com

** Doutor em Ciências da Educação, professor titular aposentado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e ex-professor do Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). *E-mail:* vs@merconet.com.br

Introdução

Há cerca de duas décadas assiste-se no Brasil a uma lenta e profunda mudança na cultura institucional da universidade pública, resultado das opções político-econômicas deliberada e conscientemente assumidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff – Dilma (2011-2014). Sobre as raízes desse processo é possível propor uma série de hipóteses e demarcar, de forma nítida, alguns períodos que o compuseram ao longo do tempo.

Na hipótese de uma subdivisão deste bastante largo período em três fases – periodização que aqui se adota –, a primeira teria se constituído da série de reformas institucionais, com início e expressão máxima na reforma do Aparelho do Estado levada a termo durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e liderada pelo seu Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare), Bresser-Pereira, período em que os governantes brasileiros de então teriam pretendido alinhar o país à transição em curso em nível mundial. O capitalismo experimentava nesse período a transição de um Regime de Acumulação Monopolista para um Regime de Acumulação de Predominância Financeira. Isto teria alterado o movimento histórico, produzindo uma ruptura na história recente do país.

Desta reforma-matriz decorreram outras que alcançaram, não de modo imediato, as mais diversas instâncias, órgãos estatais e instituições republicanas em geral e, em particular, a instituição universitária pública entre cujos traços de sua cultura institucional destacam-se a pesquisa aplicada, os cursos aligeirados oferecidos mediante modalidades educacionais apoiadas em novas tecnologias de informação e comunicação, os processos avaliativos ou de regulação e controle externos, a gradativa perda da autonomia universitária indissociada da emergência de uma heteronomia de gestão e uma nova relação entre universidade e setor empresarial, sob indução e apoio do governo, tal como há tempos já se observava nos países de economia central e cuja acentuação ocorreu no caso da União Europeia em especial, com o *Processo de Bolonha*. Esta segunda fase encontra-se relacionada, de maneira mais próxima, ao período do governo do presidente Lula, embora dê seguimento às reformas da primeira fase implementadas pelo governo anterior. Entretanto, neste mesmo governo Lula, é possível apontar-se um terceiro momento desse processo de mudanças na universidade pública.

Esta terceira fase foi marcada pela emergência de programas com forte potência de mudança institucional como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹, a Educação a Distância (EAD)², Universidade Aberta do Brasil (UAB)³ e a continuidade da expansão da pós-graduação, ainda que, neste caso, de forma atenuada em relação a momentos anteriores, e da respectiva indução da pesquisa ali desenvolvida. No que se refere à pós-graduação, a partir de 2007 e, de modo contínuo, até os dias atuais, tais processos se solidificaram e, em consequência, continuou a intensificar-se, nesse nível, o trabalho do professor da universidade pública. Destaca-se nesta fase, como sua síntese marcante, uma expansão de matrículas algo anômala da educação superior pública no país, mormente no subsetor das *Federais*, no nível da graduação, como se pôde verificar ao final do governo Lula.

Este movimento, por hipótese, desdobra-se em duas largas dimensões concomitantes: a continuidade do processo de mercantilização da produção do conhecimento e a certificação em massa dos estudantes de graduação e de pós-graduação, cada um desses níveis *qualificando* mão-de-obra destinada a diferentes patamares da economia. Estas duas dimensões constituem-se em polos opostos e complementares: a certificação em massa no nível da graduação

¹ O Reuni foi instituído, em 24 abril de 2007, como uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), ambos aprovados pela Presidência da República e pelo Ministério da Educação nessa data. O Reuni tem como objetivo formal a ampliação do acesso e a maior permanência do estudante no subsistema. Desenvolve-se mediante *contratos de gestão*, entre as instituições federais de educação superior (Ifes) e o Ministério da Educação (MEC), com duração média de cinco anos (2007-2012), e tem entre seus parâmetros atingir-se uma relação professor/aluno de 1/18 e um índice de eficiência de 90% de titulados por curso, além da introdução de mudanças curriculares significativas, de “novos arranjos organizacionais e de mecanismos de gestão para obtenção de mais eficiência no gasto público com a suposição básica de que a contratualização de resultados é a aposta certa para resolver os problemas de expansão do sistema” (V. ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 647).

² A EAD desenvolve-se no Brasil em todos os níveis educacionais, da educação básica à educação superior, inclusive na pós-graduação em sentido estrito (mestrado e doutorado), sendo a modalidade de ensino com maior crescimento atualmente no país, contando hoje, na educação superior, com cerca de um milhão de matrículas. Além disso, tende a crescer especialmente entre as instituições com fins lucrativos (*for profit*), condição permitida por lei, e por ser a EAD um campo de menores custos, regulação menos rígida e alto potencial de lucro para essas empresas do mercado educacional.

³ A UAB é um projeto articulado pelo Ministério da Educação em parceria com os Estados, Municípios e Universidades Públicas de Ensino Superior para oferta de cursos de Graduação, Pós Graduação e de Extensão Universitária na modalidade a distância e/ou semipresencial. Com início em 2007, quando foram instalados 291 Polos da UAB, em 2009 já somavam 750, com previsão de totalizar 1.000 até 2013, com cerca de 800 alunos por Polo. Os Polos estão distribuídos por todas as regiões do Brasil e seus cursos são validados e reconhecidos pelo MEC.

e da pós-graduação⁴ *lato sensu* está, em geral, direcionada às grandes parcelas da sociedade mais excluídas para atuarem nos espaços empresariais de maior exploração e menor exigência técnica; a certificação, especialmente no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e a pesquisa, predominantemente aplicada, tendem a colocar-se a serviço do setor empresarial nacional e internacional, com grau de menor exploração e maior exigência técnica, no caso da formação profissional, ao mesmo tempo em que, no caso da pesquisa, mostra o acúmulo de conhecimento que o país alcançou e busca ampliar de forma induzida. Esta dimensão se direciona aos melhores alunos das universidades melhor avaliadas (ou reguladas) por órgãos governamentais com essa função e por critérios produzidos no âmbito do Estado. Como hipótese, com base nos números sobre a universidade pública no Brasil que adiante serão vistos, verifica-se que nas últimas duas décadas esta se transformou, em movimento que tem avançado a conta-gotas, com raros momentos mais significativos de expansão e mudança como o que agora ocorre com a implantação do Reuni, especialmente.⁵

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (Pnad, 2010) com referência à relação entre a escolarização e a renda familiar, as Regiões Norte e Nordeste apresentam os piores índices em termos de defasagem educacional de alunos pobres com idade entre 15 e 24 anos. Em termos do percentual de alunos que cursam o ensino médio, a Região

⁴ A pós-graduação, no Brasil, destinada aos portadores de diplomas de graduação (bacharelado, licenciatura e de tecnólogo), divide-se em dois tipos de cursos: *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são os de aperfeiçoamento e especialização profissionais, incluindo os MBA (*Master in Business Administration*), com carga horária de no mínimo 360 horas/aula. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são os de mestrado e doutorado. O curso de mestrado, com duração média de dois a três anos, atribui o diploma de mestre aos mestrandos que, além da frequência e aprovação em determinado número de disciplinas, têm sua dissertação aprovada por banca examinadora composta de no mínimo três professores doutores. O curso de doutorado, com duração média de três a cinco anos, atribui o diploma de doutor aos doutorandos que, além da frequência e aprovação em determinado número de disciplinas, têm sua tese aprovada por banca examinadora composta de no mínimo cinco professores doutores.

⁵ Em reportagem da *Folha de S. Paulo* sob o título *Terceira fase de expansão da rede federal inclui quatro universidades, 47 campi universitários e 208 institutos de educação, ciência e tecnologia*, a presidente da república Dilma Rousseff anunciava que “A interiorização do desenvolvimento econômico e social é o principal norteador da terceira fase de expansão da rede de ensino e pesquisa federal, que deverá abrir 250 mil vagas de ingresso nas universidades federais e de 600 mil matrículas nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, em 2014. Além de democratizar o acesso ao conhecimento, os projetos estão integrados aos Arranjos Produtivos Locais e aos grandes investimentos industriais e de infraestrutura, de modo a qualificar profissionais e desenvolver tecnologias necessárias ao progresso com distribuição de renda”. http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy_of_em-questao-1/em-questao-do-dia/novos-polos-de-ensino-vao-desenvolver-regioes-do-pais (Acesso em 17 de agosto de 2011).

Norte apresenta aproximadamente 45% e a Região Nordeste, 41%. Estes índices somados e quando comparados à Região Sudeste, com aproximadamente 60,5% para a mesma faixa etária, mostram a desigualdade entre os estados da federação brasileira que se encontram distantes ou próximos dos centros econômico-político-sociais hegemônicos. Esta observação nos mostra outro problema estrutural já apontado na literatura econômica: o entendimento do Brasil impõe considerar as desigualdades regionais produzidas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro.⁶

No final dos anos 1980 e início dos 1990 era possível afirmar, não sem algum grau de idealização, que o centro da cultura da universidade pública apresentava-se na forma de uma contradição *clássica*: por um lado, ela contribuía para o crescimento econômico do país e para a consolidação do pacto social de então; por outro, punha-se como o lugar institucional da crítica de seu tempo histórico e de seus próprios objetivos. Tratava-se, de maneira distinta do que ocorre nas igrejas, que se fundamentam no dogma, de ver a universidade como espaço saudável e necessário da dúvida, da crítica e do debate. Ao longo do período que desde então decorreu, enquanto o primeiro polo haveria de sofrer clara hipertrofia, teria havido uma significativa atrofia histórica do segundo. A crítica e o debate deram lugar ao silêncio e ao apoio, com raras exceções, aos planos, programas e atividades oficiais, sugerindo que a instituição republicana universitária tenha se convertido em agência executora bastante acrítica de políticas públicas de competência do Estado. De forma mais precisa, a universidade pública, assim como o Estado, tornou-se instrumento, ainda que indireto, de produção e o país, com uma economia com alta capacidade de acumulação e plena disponibilidade de importantes recursos do fundo público estatal, tornou-se porto seguro para o mercado mundial de capitais industriais e financeiros. A universidade pública alterou radicalmente sua cultura institucional ao passar por tais mudanças de perfil e características quando o país se alinhou, com FHC na presidência, ao regime de predominância financeira. Isto explicaria, por hipótese, o essencial de sua mudança ao longo das duas últimas décadas.

Nas páginas que seguem visar-se-á demonstrar como tem se dado a expansão, a conta-gotas, da educação superior pública nas últimas décadas, com anômala aceleração no setor das instituições federais desde a implantação do Reuni, da EAD, via UAB, assim como apresentar argumentos que

⁶ Ver Maria da Conceição Tavares. Da fronda ao front. *Entrevista*. São Paulo, Boitempo Editorial. *Revista Praga*. Número 2, junho de 1997.

contribuam para se verificar as hipóteses a respeito das razões dessa expansão e da expansão da graduação, pós-graduação e pesquisa nas esferas pública e privada concomitante com as profundas mudanças da cultura institucional universitária a que se fez acima breve referência.

I – Como ocorreu a expansão da educação superior, com especial atenção para a educação superior pública e, nesta, do subsetor federal.

Os dados coligidos pelos Censos da Educação Superior disponíveis nos acervos do INEP permitem verificar o modo como se expandiu a educação superior pública, não apenas nos últimos anos, mas desde o ano de 1964, quando se inicia o ciclo da ditadura militar, que se estendeu por vinte *longos* anos, e responsável pelo desencadear e acelerar do processo de privatização desse nível educacional no país, em especial durante a primeira de suas duas décadas de duração. Isto se pode verificar no confronto entre os índices de evolução das matrículas da educação superior pública e da educação superior privada.

Tabela 1 - Evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – 1964-1994

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1964/1974 $\Delta\%$	559,8	289,1	-	990,1	-
1974/1984 $\Delta\%$	49,3	67,7	-	38,7	-
1984/1994 $\Delta\%$	18,7	20,7	-	17,3	-
1964/1994 $\Delta\%$	1.065,7	687,6	-	1.673,7	-

Fonte: BRASIL. MEC/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011.

Nos dez primeiros anos do regime militar a educação superior teve um salto exponencial de 559,8%, passando de 142.386 matrículas para quase um milhão. As matrículas públicas tiveram aumento de quase 300% mas, em contrapartida, as matrículas privadas tiveram uma evolução mais de três vezes

superior, isto é, de 990%. Destaca-se a projeção otimista que o governo militar-autoritário nutria em relação à criação de um parque industrial com capital predominantemente industrial, por outro lado, a ditadura civil-militar dava garantias ao capital estrangeiro que entrava no país.

Contudo, na segunda década do regime militar, fim do chamado *milagre econômico*, o avanço das matrículas na educação superior em geral foi ínfimo: menos de 50%, isto é, cerca de dez vezes menor do que o avanço da década anterior. Uma pequena compensação para o setor público: este avançou acima da média ou 67,7% contra um avanço de apenas 38,7% do setor privado.

Entretanto, a primeira década da *redemocratização*, após o fim do regime militar, foi de ainda mais ínfimos resultados, um verdadeiro desastre: apenas 18,7%, à razão de pouco mais de 1% de crescimento ao ano ou cerca de metade do crescimento vegetativo da população que, a essas alturas, ultrapassava os 2%. E nessa situação nem os índices de evolução públicos e privados se diferenciaram de modo significativo, 20,7% para os primeiros e 17,3% para os segundos. Vale destacar que nesta década a grande preocupação era a contenção dos altos índices de inflação que se tentou com os famosos planos monetaristas heterodoxos: *Plano Cruzado*, *Plano Bresser*, *Plano Verão* e os *Planos Collor I e II*. A tentativa de implantação do monetarismo no Brasil já estava posta. No plano da produção de ciência e tecnologia, o ministro Renato Archer dava continuidade ao que se havia começado durante a ditadura buscando o incremento desta área com impactos na universidade pública. Um dos marcos desta iniciativa foi a Primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia realizada em 1985. A segunda Conferência realizou-se na década de 1990 depois do ajuste realizado durante o realinhamento econômico e segundo as orientações políticas resultantes desta decisão política. Seguiram-se a terceira (2005) e a quarta e última em maio de 2010 que se fez alinhada com as mesmas diretrizes do *Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020*. Este fato também participa desse processo de expansão e mudança da educação superior, da educação superior pública e das *federais*.

Em resumo, nessas três décadas registra-se uma importante expansão, mas concentrada na primeira década da ditadura militar, 1964-1974, com avanço das matrículas privadas cerca de três vezes maior que o das matrículas públicas.

Tabela 2 - Evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior por categoria administrativa (público e privada) – 1994-2008

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total (mil)	Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
1998	973	209	21,4	764	78,6	2.125	804	37,8	1.321	62,2
1994-1998 Δ %	14,3	-04,1	-	20,7	-	27,9	16,5	-	36,2	-

Fonte: Fonte: BRASIL. MEC/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011.

Durante o primeiro mandato do governo de FHC o crescimento do número de instituições foi moderado no geral, mas, enquanto o número das IES públicas sofreu redução de 4,1%, o das IES privadas teve um aumento de 20,7%. Quanto às matrículas, houve um aumento apenas superior ao da primeira década pós *redemocratização*, mas de pouco mais de metade do índice de aumento da segunda década do regime militar e quase 10 vezes menor do que o índice da primeira década da ditadura. Na relação público-privado, retoma-se, sob o governo FHC, em menor grau é verdade, a proeminência do crescimento no setor privado que é superior a mais de duas vezes o aumento do setor público: 36,2% para 16,5%.

É no segundo mandato do Presidente FHC, pós-Lei de Diretrizes e Base - LDB (dez/1996) que haverá um aumento mais significativo do número de instituições e de matrículas, com acentuando predomínio do setor privado e, neste, do setor privado-mercantil conforme apontam os números fornecidos desde então (1999) – diferenciando os dados relativos a IES públicas (federais⁷, estaduais e municipais) e privadas (comunitárias e confessionais ou sem fins lucrativos e as IES particulares ou com fins lucrativos) – pelo Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Na tabela 3, mostram-se os dados relativos ao segundo mandato do governo FHC, em que se verifica um aumento no número de instituições públicas e privadas de cerca de 50% no triênio 2000-2002 contra menos de um terço disso, 14,3%, no quadriênio anterior. Entretanto, a diferença entre o aumento das IES públicas em relação às privadas é brutal e altamente reveladora da políticas públicas adotadas nesse governo: no triênio 2000-2002 as

⁷As federais incluem as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e outros.

IES públicas crescem exíguos 1,5% e as IES privadas, 59,3% ou cerca de 40 vezes mais! Dois outros fenômenos se registram: 1) no interior das instituições de educação superior (IES) públicas, as federais crescem, em número, 21,6%, as estaduais diminuem 9,7% e as municipais, 5,0%; 2) dentre as IES privadas, as confessionais e as comunitárias diminuem 16,3%, enquanto as particulares (privado-mercantis) têm um crescimento de 113,8%! Seu número salta de 526 instituições para 1.125.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) houve redução do aumento no número de IES em geral (38,7%) e uma diferença muito menor entre o crescimento das IES públicas e das IES privadas: 27,2% contra 40,2%. Aqui deve-se destacar o fato que o crescimento das IES federais foi o mais alto de todos os subsetores públicos e privados: 43,8% contra 27,6% das estaduais, 5,3% das municipais, 38,9% das confessionais e comunitárias, e 40,7% das particulares (privado-mercantis).

É nos três anos do segundo mandato do governo Lula (faltam os dados de 2010 ainda não divulgados pelo Inep) que se verifica o menor aumento percentual do número de IES desde 1964 (!), com a estagnação do crescimento médio das IES públicas (redução de 10,4% das federais e aumento de 1,2% das estaduais e 11,6% das municipais) e diminuto aumento médio das privadas de 2,3%, verificando-se, entretanto, uma extraordinária redução do número de IES confessionais e comunitárias que chegou, arredondando o número, a 34%, isto é, de 439 para 290 instituições em três anos. Nesse contexto o salto positivo das IES particulares (privado-mercantis) continuou sendo de grande significado: 12,4%.

Com base na análise dos dados que apresenta a tabela 4 – relativa à evolução das matrículas no mesmo período da tabela 3 (1999-2009) – pode-se verificar que, embora a evolução das matrículas tenda a seguir a evolução do número de IES, ocorrem algumas assimetrias, como adiante se verá.

Nesse sentido, na comparação dos índices de evolução do número de IES e das matrículas, enquanto se verifica um número bastante próximo no período – 110,9% de crescimento para o total de IES e 115,8% para o total de matrículas – , no caso das IES públicas, enquanto o total de IES aumentou 27,6%, o de matrículas aumentou 62,4% (nas federais, a relação é de 56,6% para 70,1%; nas estaduais, de 16,6% para 58,8%; e, nas municipais, de 11,6% para 35,7%), isto podendo significar, por um lado, a expansão do número dos campi, de cursos, de vagas; por outro, a intensificação do trabalho dos professores e precarização

de suas relações de trabalho.⁸ No caso das IES privadas em geral, para um aumento do número de instituições que foi de 128% o das matrículas foi de 144,7%. Entretanto, cabe destacar a significativa menor redução das matrículas (-2,4) em relação à redução do número de IES (-23,5) no caso das IES comunitárias e confessionais. No caso das IES particulares (privado-mercantis) a relação é de 238,2% de aumento no número de IES e de 345,2% no aumento das matrículas, o que em ambos estes dois últimos casos se pode levantar a hipótese de aumento do tamanho das instituições. Isto pode estar demonstrando a previsão de consultores da área que anunciavam ainda em 2007 que “grandes fundos de investimentos e capital externo apostam seus dólares nos grandes grupos nacionais, que estão comprando instituições médias, que, por sua vez, incorporam as pequenas” (GORGULHO, 2007, apud SGUISSARDI, 2008, p. 1004).

⁸ Cf. SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtividade acadêmica*. São Paulo: Xamã, 2009.

Tabela 3 - Evolução e percentual do número de instituições de educação superior por categoria administrativa (pública: federal, estadual, municipal; privada: confessional e comunitária, e particular) – 1999-2009

Ano	Número de Instituições														
	Total	Públicas								Privadas					
		Total	%	Federais	%	Estaduais	%	Municipais	%	Total	%	Conf/Com	%	Particulares	%
1999	1.097	192	17,5	60	5,4	72	6,5	60	5,4	905	82,5	379	34,5	526	48,0
2002	1.637	195	11,9	73	4,4	65	3,9	57	3,5	1.442	88,0	317	19,4	1.125	68,7
2006	2.270	248	11,0	105	4,6	83	3,6	60	2,6	2.022	89,0	439	19,0	1.583	70,0
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4	290	12,5	1.779	76,9
1999-2002 $\Delta\%$	49,2	1,5	-	21,6	-	-9,7	-	-5,0	-	59,3	-	-16,3	-	113,8	-
2002-2006 $\Delta\%$	38,7	27,2	-	43,8	-	27,6	-	5,3	-	40,2	-	38,9	-	40,7	-
2006-2009 $\Delta\%$	1,9	-0,3	-	-10,4	-	1,2	-	11,6	-	2,3	-	-33,9	-	12,4	-
1999-2009 $\Delta\%$	110,9	27,6	-	56,6	-	16,6	-	11,6	-	128,7	-	-23,5	-	238,2	-

Fonte: Fonte: BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011.

Tabela 4 - Evolução e percentual do número de matrículas de educação superior por categoria administrativa (pública: federal, estadual, municipal; privada: confessional e comunitária, e particular) – 1999- 2009

Ano	Número de Matrículas														
	Total	Públicas								Privadas					
		Total	%	Federais	%	Estaduais	%	Municipais	%	Total	%	Conf/Com	%	Particulares	%
1999	2.369.945	832.022	35,1	442.562	18,7	302.380	12,7	87.080	3,7	1.537.923	64,9	886.561	37,4	651.362	27,5
2002	3.479.913	1.051.655	30,2	531.634	15,3	415.569	11,9	104.452	3,0	2.428.258	69,8	1.166.357	33,5	1.261.901	36,3
2006	4.676.646	1.209.304	25,8	589.821	12,6	481.756	10,3	137.727	2,9	3.467.342	74,2	1.543.176	33,0	1.924.166	41,2
2009	5.115.896	1.351.168	26,4	752.847	14,7	480.145	9,4	118.176	2,3	3.764.728	73,6	864.965	16,9	2.899.763	56,7
1999-2002 $\Delta\%$	46,8	26,4	-	20,1	-	37,4	-	19,9	-	57,8	-	31,5	-	93,7	-
2002-2006 $\Delta\%$	34,4	14,9	-	10,9	-	15,9	-	31,8	-	42,8	-	32,3	-	52,5	-
2006-2009 $\Delta\%$	9,4	11,7	-	27,6	-	-0,03	-	-14,1	-	8,6	-	-43,9	-	52,3	-
1999-2009 $\Delta\%$	115,8	62,4	-	70,1	-	58,8	-	35,7	-	144,7	-	-2,4	-	345,2	-

Fonte: Fonte: BRASIL. MEC/INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011.

Verificando os subperíodos deste período, podem-se observar simetrias e assimetrias diversas. No subperíodo 1999-2002 (FHC) temos: aumento de 49% do total de IES, assim distribuídos: 1,5% das públicas (federais: 21,6%; estaduais: -9,7%; e municipais: -5,0%) e 59% das privadas (comunitárias e confessionais: -16,3%; e particulares: 113,8%) contra aumento de 46,8% do total de matrículas, assim distribuídos: 26,4% das públicas (federais: 20,1%; estaduais: 37,4%; e municipais: 19,9%) e 57,8% das privadas (comunitárias e confessionais: 31,5%; e particulares: 93,7%). Mais simetrias que assimetrias, embora algumas assimetrias chamem bastante atenção como as das IES estaduais (-9,7% versus 37,4%) e das comunitárias e filantrópicas (-16,3% versus 31,5%) e mesmo das municipais (-5,0% versus 19,9%).

Neste subperíodo observa-se também a confirmação das políticas de privatização e mercantilização da educação superior: expansão das matrículas das IES públicas (26,4%) inferior à metade da expansão das matrículas das IES privadas (57,8%). E, sobretudo, a expansão das matrículas do setor privado-mercantil: 93,7% em três anos! Três vezes ou mais que a taxa de crescimento das matrículas das IES comunitárias e confessionais, e das IES públicas.

No subperíodo correspondente ao primeiro mandato do Presidente LULA, como no caso da expansão do total de IES (49,2% para 38,7%), verifica-se uma sensível diminuição do ritmo de expansão geral das matrículas (46,8% para 34,4%), ocorrendo diminuição no ritmo de expansão de matrículas em relação ao subperíodo anterior (FHC) tanto nas IES públicas (26,4% para 14,9%) quanto nas IES privadas (57,8% para 42,8%). Entretanto, neste caso, verifica-se ainda uma enorme diferença na expansão de matrículas das IES particulares em relação às IES federais: 52,5% daquelas contra 10,9% destas.

No subperíodo relativo aos três primeiros anos do segundo mandato do Presidente Lula apresentam-se dados que confirmam, quanto às matrículas, a tendência já verificada em relação à expansão do total de IES: sensível diminuição do ritmo de aumento das matrículas, embora este seja quase cinco vezes maior do que o do número de IES (9,4% contra 1,9%).

As maiores assimetrias entre expansão das matrículas em relação à expansão do número de IES neste subperíodo são as seguintes: para um decréscimo no total de IES federais de -10,4% houve um aumento de 27,6% do total de matrículas; para um aumento de 12,4% no total de IES particulares (privado-mercantis), suas matrículas aumentaram 52,3%. No caso das IES federais, isto pode ser atribuído ao implemento do Reuni que tende a dobrar até 2012 o montante de vagas nas Federais existente em 2007; no caso das IES

particulares, trata-se provavelmente do fenômeno acima referido da compra ou incorporação de IES de pequeno porte por IES de porte médio e destas por grandes redes como Anhanguera, Kroton-Pitágoras, Estácio de Sá e *Laureate Inc*, entre outras, que contam com apoio maciço de fundos de investimento transnacionais (SGUISSARDI, 2008, p. 1.003).

Enfatize-se o fato, que aqui se observa, da redução de 43,9% nas matrículas das IES comunitárias e filantrópicas num período de apenas três anos e da provável migração dos estudantes destas para as particulares ou privado-mercantis que têm um crescimento exponencial de 52,3% no subperíodo.

Este dado se revela ainda mais dramático para este subsetor do setor privado e do *sistema*, quando se conferem os percentuais de participação de suas matrículas no universo da educação superior no país: há apenas 10 anos as IES comunitárias e confessionais contavam com 37,4% do total de matrículas; em 2009, com apenas 16,9%. As IES públicas tiveram uma redução significativamente menor: de 35,1% para 26,4% (as federais: de 18,7% para 14,7%; as estaduais: de 12,7 para 9,4%; e as municipais: de 3,7% para 2,3%). No sentido inverso ao das IES comunitárias e confessionais, as particulares (privado-mercantis) passaram de 27,% para 56,7%!

- Expansão do subsetor *federal*.

Além dos dados das tabelas 3 e 4 relativos à expansão do número de instituições (Ifes, Ifet e outros) federais (56,6%) e de suas matrículas (70,1%) no período 1999-2009, a tabela 5 apresenta dados relativos ao aumento dos corpos docente e técnico-administrativo, e dos cursos, que reforçam o significado dessa expansão que, como já se verificou, apesar de significativa, situa-se ainda assim muito abaixo da observada no subsetor das IES particulares ou privado-mercantis (238,2% e 345,2% respectivamente). Esses dados retroagem ao ano 1995, início do primeiro mandato do Governo FHC, o que também permite certa visada comparativa entre as *políticas* de expansão desse governo com o de Lula.

Nos dois mandatos do Governo FHC (1995-2002) verifica-se mínima expansão do corpo docente, isto é, 3,2% e uma grande redução do corpo técnico-administrativo, de -40,7%. Isto em contraste com um aumento de 28% no número de instituições, de 50,8% no número de cursos e de 44,7% no de matrículas.

Nos dois mandatos do governo Lula (2003-2009; faltam os dados de 2010) essa tendência inverteu-se. Os principais dados dessa expansão são os seguintes: 57,3% no número de docentes, 62,2% no de técnico-administrativos. A expansão dos cursos foi de 88,6% e a das matrículas, de 41,6%. O aumento maior de docentes, em especial, em relação ao de matrículas pode-se explicar pelo ainda não preenchimento das vagas abertas pelos novos cursos, no âmbito do Reuni, que deve ser preenchidas até 2012.

Tabela 5 - Número total de funções docentes (em exercício), técnicos administrativos (em exercício), cursos, matrículas do total de instituições federais (incluindo Ifes, Ifet e outros), Brasil, 1995 - 2009

Ano	Função Docente (em exercício)		Técnico Administrativo (em exercício)		IFES		Cursos		Matrículas	
1995	44.486		100.517		57		1.536		367.531	
1996	42.110	-5,3	98.058	-2,4	57	0,0	1.581	2,9	388.987	5,8
1997	50.059	18,9	91.042	-7,2	56	-1,8	1.316	-16,8	395.833	1,8
1998	45.624	-8,9	75.122	-17,5	57	1,8	1.338	1,7	408.640	3,2
1999	46.687	2,3	72.604	-3,4	60	5,3	1.721	28,6	442.562	8,3
2000*	50.165	7,4	69.411	-4,4	61	1,7	1.996	16,0	482.750	9,1
2001	45.058	-10,2	56.596	-18,5	67	9,8	2.115	6,0	502.960	4,2
2002	45.907	1,9	59.652	5,4	73	9,0	2.316	9,5	531.634	5,7
2003	47.709	3,9	61.489	3,1	83	13,7	2.392	3,3	567.101	6,7
2004	50.337	5,5	61.707	0,4	87	4,8	2.450	2,4	574.584	1,3
2005	52.943	5,2	62.400	1,1	97	11,5	2.449	0,0	579.587	0,9
2006	54.560	3,1	64.164	2,8	105	8,2	2.785	13,7	589.821	1,8
2007	59.156	8,4	67.754	5,6	106	1,0	3.030	8,8	615.542	4,4
2008	61.783	4,4	67.993	0,4	93	-12,3	3.235	6,8	643.101	4,5
2009	72.228	16,9	96.786	42,3	94	1,1	4.368	35,0	752.847	17,1
1995/2002 Δ%	3,2	-	-40,7	-	28,1	-	50,8	-	44,7	-
2002/2006 Δ%	18,8	-	7,6	-	43,8	-	20,2	-	10,9	-
2002/2009 Δ%	57,3	-	62,2	-	28,7	-	88,6	-	41,6	-
2006/2009 Δ%	32,3	-	50,8	-	-8,9	-	56,8	-	27,6	-
1995/2009 Δ%	62,4	-	-3,7	-	64,9	-	184,4	-	104,8	-
2008/2009 Δ%	16,9	-	42,3	-	1,0	-	35,0	-	17,0	-

Fonte: BRASIL. MEC/Inep. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011.

* No ano de 2000 os dados disponíveis sobre *funções docentes* e *técnico-administrativos* somam os em exercício e os afastados.

A expansão do subsetor *federal* também se verifica se examinados os dados sobre expansão da EAD, através da UAB, que, tendo 13.469 matrículas em 2005, já atinge o total de 43.905 em 2010, com um aumento percentual de 226%.

- Expansão da pós-graduação

Na tabela 6 se pode verificar o quadro da expansão da pós-graduação *stricto sensu* no país num período de cerca de 20 anos.

Nesse período (1987-2009) avultam alguns dados: 1) o crescimento do número de titulados (mestres e doutores) em contraste com o aumento de matrículas: 1.111% contra 333%, em que se destacam o crescimento dos titulados doutores (1.209,7% ou de 868 para 11.368 titulados) contra um aumento de cerca de metade nas matrículas (631,8% ou de 7.914 para 57.917); 2) o aumento mais de quatro vezes maior no número de titulados no mestrado acadêmico em relação ao aumento das matrículas (878,5% contra 217,0%).

Esta diferença, por hipótese, deve-se em especial à redução de prazos de titulação estimulada ou *forçada* pelo atual *Modelo Capes de Avaliação*, adotado por esta Agência de financiamento, regulação e controle da pós-graduação no país a partir de 1997. (Sguissardi, 2009, p. 133)

Observe-se ainda uma significativa expansão nos dados de matrículas e titulação no mestrado profissional, uma das prioridades dos órgãos oficiais da área, em especial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Tabela 6 – Evolução do número de matrículas e de titulados na pós-graduação *stricto sensu* – 1987-2009

Ano	Mestrado Acadêmico		Mestrado Profissional		Doutorado		Total	
	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados	Matricul.	Titulados
1987	29.281	3.647	-	-	7.914	868	37.195	4.515
2008	88.295	33.360	9.073	2.654	52.750	10.711	150.118	46.725
2009	93.016	35.686	10.135	3.102	57.917	11.368	161.068	50.166
1987/2009 Δ%	217,0	878,5	-	-	631,8	1.209,7	333,0	1.111,0
2008/2009 Δ%	5,3	7,0	11,7	16,8	9,8	6,1	7,3	7,4

Fonte: BRASIL. MEC/Capes/GeoCapes, 2011

II – Razões da expansão da educação superior no Brasil, em especial nas IES públicas e Ifes, considerando igualmente a expansão da graduação em geral, da pós-graduação e das atividades de pesquisa (aplicada).

Esse movimento de expansão da educação superior nos termos expostos no item I acima pode ser explicado não somente com base no processo econômico, mas também no político e social. No regime de acumulação com dominância da valorização financeira, o capital monetário parece adquirir autonomia absoluta em relação à produção real do valor (primeiro ciclo de movimentação do capital). Trata-se do ápice do fetichismo da mercadoria capital. Este arranjo leva a mudanças reais no processo de trabalho, na indústria e na educação, e impõe à sociedade a matriz teórica, política e ideológica neoliberal, com seu corolário referente à necessária reforma do aparelho de Estado.

Nesse contexto, a educação se torna um espaço social estratégico para a produção do valor, financiada pelo fundo público (sua *privatização/mercantilização*) e focada na profissionalização, em razão da infinitésima diferença entre ciência, tecnologia e inovações tecnológicas que se faz quase em tempo real em todo o planeta. A reengenharia, isto é, as novas formas de organização e do trabalho são possíveis graças às novas bases científicas e tecnológicas agregadas às máquinas e equipamentos e à gestão dos trabalhadores. Segundo Serfati (1998, p. 177), isto possibilita e coage a uma “baixa de custo em razão da reorganização dos processos de gestão [que] não deve ser de 15% a 20%, mas de 80% a 90%”. É a este processo que Harvey (1994) chamará de *compressão espaço-tempo*, possível de entender-se, pois a predominância financeira comprime o ciclo de capitais da mercadoria e conseqüentemente o ciclo de produção real de valor. Neste processo e nesta direção exige-se que o aparelho de Estado e a educação sejam reformados de forma estrutural, ao mesmo tempo em que, na condição de um serviço produzido pela iniciativa privada, a educação sofre as mesmas conseqüências dos demais processos produtores de valor. Ademais, posto que, num ambiente de globalização financeira, o Estado coloca títulos de dívida também no mercado internacional, a educação, mesmo quando patrocinada pelo Estado, torna-se indiretamente refém dos ditames do mercado financeiro.

- Capital financeiro, Reforma do Estado e a expansão da educação superior no Brasil

Numa espécie de ante-sala da consolidação do regime de acumulação com predominância da valorização financeira, a década de 1980 assistiu, especialmente em seu início, ao processo de mundialização do Investimento Externo Direto (IED), que sofre então um significativo aumento. No entanto, para além dos aspectos quantitativos do IED na economia mundial, são seus aspectos qualitativos os que mais nos interessam aqui. Para Chesnais (1996), citando Henri Bourguinat, são quatro as principais razões desse movimento:

Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IED “não tem uma natureza de *liquidez* imediata [...] ou diferida [...]”. Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, sua segunda característica é introduzir uma “dimensão intertemporal” de grande importância, pois a “decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por vários longos períodos”. A terceira particularidade é “implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação”. “Por último”, diz Bourguinat, “existe um *componente estratégico* evidente na decisão de investimento da companhia. Não somente seu horizonte é sensivelmente mais amplo, como também as motivações subjacentes são muito mais ricas [...] **a idéia de penetração, seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para ‘sugar’ as tecnologias locais, [e a produção de conhecimento em lugares que extrapolam a sede do grupo industrial] faz parte desse aspecto ‘estratégico’ do investimento direto** e, geralmente, está inserido num processo complexo de tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes”. (CHESNAIS, 1996, p. 54, grifos do autor em itálico e nossos em negrito).

A predominância financeira afeta as relações entre os ciclos de movimentação do capital impondo formas muito diversas de organização e introdução de grupos predominantemente industriais (GPIs)⁹ em novo lugar na economia mundial. A função financeira põe-se como a função que exige maior produtividade e especialmente novas formas de organização do trabalho, com consequências para a intensificação do trabalho humano e de precarização das relações de trabalho em qualquer processo com potência de produção de valor, além de exigir do trabalhador um novo equilíbrio psicofísico, o que lhe impõe

⁹ Os grupos predominantemente industriais consistem num “conjunto formado por uma sociedade-mãe (chamada de *holding* do grupo) e as sociedades filiais que estão sob o seu controle. Assim, a sociedade-mãe é acima de tudo um centro de decisão financeira; enquanto as sociedades sob seu controle não passam, na maior parte das vezes, de sociedades exploradoras. O papel essencial de uma sociedade-mãe é a arbitragem permanente das participações financeiras que ela detém, em função da rentabilidade dos capitais envolvidos. É a função de arbitragem da sociedade-mãe que confere ao grupo o seu caráter financeiro.” (Morin apud Serfati, 1998, p. 143)

um novo tipo de sociabilidade. Inclui-se aí, portanto, a esfera educacional quando ofertada por instituições privadas. Por outro lado, a predominância financeira impõe ao Estado a produção de um ordenamento jurídico e de políticas públicas sob a mesma orientação.

Num regime de predominância financeira o ciclo de movimentação do capital portador de juros é predominante e diferente dos demais ciclos; tem dupla dimensão: econômica e jurídica. Posto isto, este ciclo joga peso e comprime os demais ciclos, produzindo uma intensa movimentação do capital em funções (circulação de mercadorias), que por sua vez impõe a intensificação do trabalho no âmbito do ciclo de produção real de valor e em todos os setores que a ele se vinculam. (HARVEY, 1994).

Nesse contexto de mundialização da economia, tendo como estratégia central a necessidade da produção do capital produtivo, mas sobretudo as novas formas de obtenção de mais-valia por meio de inovações financeiras, o IED, nos moldes examinados por Chesnais e Bourguinat, emerge como o centro de um novo paradigma de empresa, com novas estruturas corporativas, novas formas organizativas e de gestão, assentadas em nova base produtiva, possibilitadas, nesse último caso, pelas atuais tecnologias produzidas no âmbito da terceira revolução tecnológica. Portanto, impõe ao Estado o desenho de políticas para pesquisa e formação de mão de obra nas universidades, uma tarefa hercúlea depois da adesão brasileira aos imperativos da acumulação financeira desde pelo menos o início da década de 1990.¹⁰ Afirma Chesnais (1996) que há a emergência de um *novo estilo* de empresa, em cujo centro encontra-se a estratégia tecnofinanceira realizada pelos Caixas Centralizados dos grupos predominantemente industriais, tendo como base especialmente o *capital humano* desses grupos. Essas corporações mundiais teriam em seu centro identitário a natureza e a forma das relações que estabelecem com outras empresas e instituições na esfera econômica e social e com as instituições republicanas, tendo o Estado como mediador.

Este movimento produzirá profundos processos de mudanças na esfera educacional, especialmente na educação superior. Assim, a expansão da educação superior e sua respectiva cultura institucional são afetadas pela mundialização e pela financeirização do processo de acumulação de capital, implicando mudanças nos princípios expressos em seus pressupostos formativos. O que se observa é que, no caso da educação superior, sua

¹⁰ Apesar de ter se consolidado na década de 1990 com a orientação assumidamente neoliberal que o governo brasileiro abraçava, os imperativos da valorização financeira já eram muito fortes por aqui desde meados dos anos 1970. Vide, a respeito Bruno (2009).

especificidade tomou a forma de um processo educacional voltado para uma formação humana reducionista, predominantemente profissionalizante, realizada por intermédio de uma lógica profissionalizante e privatista ou mercantilizada. E, dentre os níveis e modalidades mais atingidos, destaca-se o da educação superior em suas diferentes formas atuais.

A materialização, no Brasil, deste processo faz-se concreta no início da década de 1990, quando Fernando Henrique Cardoso assume cargos de relevância no aparelho de Estado.

Paulani e Oliveira (2007), ao tratarem das relações entre centro e periferia da economia mundial, deixam claro o novo lugar e estatuto do Estado brasileiro.

O conceito de periferia depende da existência do Estado-Nação. Mas a Nação quase desapareceu. Só o Estado permanece intacto como instrumento para governar a força de trabalho e, simultaneamente, relegar os seus direitos a um plano secundário, justificando o aumento da taxa de exploração. Inversamente, esse mesmo Estado vai conceder isenções, subsídios e incentivos com o objetivo de aumentar a lucratividade do capital. Mas a constante necessidade de atrair o capital mundializado [na sua principal forma, o IED] é apenas um lado da globalização. Seu outro lado transforma o Estado em um instrumento de produção e valorização do capital financeiro. (PAULANI; OLIVEIRA. 2007, p.15-16; tradução dos autores do original em inglês).

Conseqüentemente, a reforma do aparelho de Estado, que teve início no Brasil em 1995, carrega consigo esta racionalidade (a matriz aqui já referida), trazida pela predominância financeira. Nele tem origem um novo paradigma, em que as políticas se orientam pela mesma matriz teórica, política e ideológica do Estado já reformado. Esta matriz embasou as reformas das demais instituições republicanas, especificamente, no caso em tela, a reforma da educação superior no Brasil. Aqui se busca justificar que se tomou como campo privilegiado de análise o subsistema federal de educação superior por ser ele o setor da educação superior pública institucionalmente mais próximo (e suscetível às) das políticas derivadas de um Estado que se tornou um *instrumento de produção* num país cuja nação se desnacionalizou. Por fim, pode-se afirmar que tais mudanças – ainda que com mediações, dadas as alterações ocorridas na CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – tendem a se realizar em toda a educação superior pública no país e não apenas no subsistema federal.

Conclusão

O exame das razões da expansão da educação superior no Brasil constituiu-se e se constituirá sempre em notório desafio. Debater a educação tomando como referência as especificidades do capitalismo brasileiro manifestas, entre outros fatores, nas disparidades sociais e inclusive regionais, propicia base para uma análise crítica do processo em curso, em especial no que se refere à certificação em massa na sua modalidade institucional de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet). As razões da expansão da educação superior e a rígida divisão entre a mercantilização do conhecimento e a certificação em massa mostram a expansão, suas razões e as formas pelas quais este processo ocorreu.

No primeiro aspecto demonstrado acima, as divisões educacionais indicadas desde a introdução acabam por referendar uma bastante rígida divisão de classes no que se refere à formação na educação superior. Às classes dominantes, uma educação voltada à pesquisa aplicada e ao saber científico. Às classes subalternas, uma educação de cunho profissional, atendendo às demandas imediatas do mercado de trabalho. No segundo aspecto, especialmente no que se refere à formação dos trabalhadores, a certificação acaba por exemplificar iniciativas para esse fim. O Programa Universidade para Todos (ProUni), o Reuni, os mestrados e doutorados profissionalizantes, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) para este tipo de pós-graduação, a tentativa de transferir a educação superior para o âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) atendem às recomendações de organismos internacionais e às reivindicações empresariais quanto à qualificação de trabalhadores para o exercício de suas funções em um cenário de constantes transformações tecnológicas na produção industrial motivadas pela mercantilização do conhecimento e pela busca do aumento das inovações e dos ganhos financeiros.

As políticas compensatórias ganharam ênfase legitimadas pelo alto índice de analfabetos funcionais e pela histórica baixa escolaridade brasileira. A qualificação profissional é utilizada como mecanismo para responder aos anseios de inclusão social dos trabalhadores no Brasil. O entendimento do desemprego como um processo conjuntural e não estrutural acabou por legitimar discursos cuja aparência é transformadora, mas cuja essência é profundamente conservadora. Essa política compensatória põe algumas questões. Em primeiro lugar, a efetividade do entendimento do desemprego como um fenômeno conjuntural. Tais políticas conseguirão enfrentar os

aspectos estruturais do desemprego através da qualificação profissional e da evolução das condições gerais de produção real do valor? Em segundo lugar destaca-se a precarização da formação e do exercício da profissão dos professores na educação superior.

Concluindo, tudo indica que o capital mundializado e financeirizado submeteu uma economia semiperiférica, mas de grande potencial interno de acumulação e, portanto, de grande interesse econômico, como a brasileira, aos seus próprios imperativos. Neste movimento, transformou a *política*, no sentido mais preciso do termo, em atividade puramente econômica. A educação superior, como espaço estratégico da construção social não haveria de ficar incólume aos desdobramentos deste processo.

Referências

- ARAÚJO, Maria A. D.; PINHEIRO, Helano D.. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Cadernos de Indicadores*. Brasília: MEC/CAPES < <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>> Acesso em 10/10/2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopses estatísticas da educação superior*. Brasília: MEC/INEP < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 10/10/2011.
- BRUNO, Miguel. Acumulação de Capital e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006. In: *Crescimento Econômico – Estratégias e Instituições*. Rio de Janeiro, IPEA, 2009.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. Introdução. In: CHESNAIS, F. (org.) *A Mundialização Financeira – Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros; acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1994.
- PAULANI, Leda.; OLIVEIRA, Francisco. Financialization and barbarism: a Perspective from Brazil. In: BOWLES, P. et al. *National perspectives on globalization*. Hamshire: Palgrave-macmillian, 2007.

SERFATI, Claude. O papel dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 141-181.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “Modelo Capes de Avaliação”: é possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? Em: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). *Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. 133-177.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho Intensificado nas Federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. Da fronda ao front. *Entrevista*. São Paulo, Boitempo Editorial. *Revista Praga*. Número 2, junho de 1997.

Como citar:

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: MANCEBO, Deixe; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia J. (Org.). *Educação Superior: expansão e reformas educativas*. Maringá, Pr: Eduem, 2012, p. 21-43.